



RESULTADO

1T22

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2022

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs se encerra em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

17 de maio de 2022
terça-feira
Brasília 11h00
Nova York 10h00

André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. RESUMO DO RESULTADO	7
3. VISÃO GERAL.....	9
3.1. Estrutura Societária.....	9
3.2. Estrutura Societária TBE.....	10
3.3. Estrutura Societária AIE.....	11
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	12
4.1. Desempenho Operacional	12
4.2. Ciclo da RAP 2021-2022.....	13
4.3. Queda de 50% da RAP	14
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	16
4.5. Receita Líquida IFRS	18
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS.....	20
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS.....	21
4.8. Receita Líquida Regulatória.....	22
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios.....	23
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório.....	24
4.11. Composição do EBITDA Regulatório.....	24
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	25
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória	25
4.14. Resultado Financeiro Líquido	26
4.15. Impostos.....	27
4.16. Lucro Líquido	30
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	31
4.18. Endividamento	32
4.19. Investimentos	34
4.20. Projetos em Construção.....	34
4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG).....	37
4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19	39
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	40
5.1. Receita IFRS por Concessão.....	40
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS).....	41
5.3. DRE 1T22	42
5.4. DRE IFRS 1T22 (Subsidiárias)	43
5.5. DRE Regulatório 1T22 (Subsidiárias)	44
5.6. Reconciliação do EBITDA.....	45
5.7. Balanço Patrimonial	46
5.8. Fluxo de Caixa IFRS.....	47
5.9. Fluxo de Caixa Regulatório.....	48

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

RESULTADOS SÓLIDOS E CONSISTENTES

A Taesa apresentou resultados sólidos e consistentes no primeiro trimestre de 2022, comprovando seu compromisso com seus pilares estratégicos de crescimento sustentável, eficiência operacional, disciplina financeira e geração de valor.

A receita operacional líquida regulatória da Companhia apresentou um crescimento de 36,2% na comparação com o primeiro trimestre de 2021, totalizando R\$ 526,1 MM. Já o EBITDA regulatório do 1T22 registrou R\$ 454,4 MM, com um crescimento de 43,5% e uma margem EBITDA de 86,4% no período, bem superior a margem do primeiro trimestre de 2021 (+4,4 pontos percentuais).

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve um alto índice de disponibilidade das linhas, em 99,97%, e uma parcela variável contábil de R\$ 22,8 MM afetada pontualmente por dois eventos de 2021, não-recorrentes, externos e alheios à Companhia, que estão sendo discutidos em processos administrativos e judiciais.

Seguimos dedicados e priorizando os nossos empreendimentos em construção. Concluímos os empreendimentos de ESTE, em fevereiro, e Aimorés, em maio, e adiantamos uma parte de Sant'Ana em abril, que juntos adicionam uma RAP de cerca de R\$ 120 MM para a Companhia. Os demais projetos Paraguaçu, Ivaí e Sant'Ana se encontram em estágio avançado de execução, e o empreendimento mais recente, Ananaí, teve seu contrato de concessão assinado em 31 de março de 2022.

Em termos de resultado IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 559,9 MM no trimestre, registrando uma alta de 0,7% na comparação ao primeiro trimestre de 2021.

Cabe destacar que, no dia 28 de abril de 2022, a Assembleia de Acionistas aprovou a destinação do lucro líquido de 2021 com pagamento de dividendos complementares de R\$ 800,3 MM (R\$ 2,32 / Unit) e a Diretoria da TAESA, por delegação dos acionistas, deliberou pelo pagamento deste montante no dia 31 de maio de 2022, com base na posição acionária do dia 9 de maio e data-ex em 10 de maio. Assim, a Companhia remunerou seus acionistas no montante de R\$ 1.790 MM (R\$ 5,20 / Unit) referente ao resultado de 2021, representando um payout de 80,9% do lucro líquido IFRS.

Em 2 de maio de 2022, a Companhia divulgou seu relatório de sustentabilidade, base 2021, com as principais realizações, ações e práticas do Grupo TAESA durante o ano que passou. Entre as novidades estão a apresentação da nova missão, visão e valores da Companhia, da Matriz de Materialidade, a adoção de priorização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados aos tópicos materiais da matriz, a evolução de diversos indicadores sociais e ambientais, além da apresentação, dentro das normas da Global Reporting Initiative (GRI), das diversas iniciativas da TAESA em 2021. Outro destaque muito importante foi receber, pelo segundo ano consecutivo, com 94% de favorabilidade, o primeiro lugar de destaque, dentre 50 empresas do setor de energia, no certificado GPTW (Great Place To Work).

Aderimos ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos e mais recentemente ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, com o objetivo de avançar no ODS16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), consagrado nos princípios universais do Pacto de combater todas as formas de corrupção. O movimento se baseia na crença de que empresas devem ir além das obrigações legais para fortalecer seus mecanismos de transparência e integridade. A

vanguarda assumida por empresas pioneiras, além de torná-las mais resilientes, as transforma em exemplos para todo o setor privado, inspirando transformações positivas em seu setor e em todo o país.

Por fim, a Companhia atualizou seus norteadores estratégicos, que estão alinhados à sua responsabilidade como empresa prestadora de um serviço de grande importância para a sociedade brasileira, que é o serviço de transmissão de energia.



MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA **somos nós!**

2. RESUMO DO RESULTADO

	Consolidado			Consolidado e Participações		
	1T22	1T21	Var.%	1T22	1T21	Var.%
Receita Líquida IFRS	795,6	908,4	-12,4%	1.263,4	1.376,6	-8,2%
Lucro Líquido IFRS	559,9	555,9	0,7%	559,9	555,9	0,7%
Receita Líquida Reg.	526,1	386,4	36,2%	668,4	491,3	36,1%
EBITDA Reg.	454,4	316,7	43,5%	583,5	409,2	42,6%
Margem EBITDA Reg.	86,4%	82,0%	4,4 pp	87,3%	83,3%	4,0 pp
Dívida Líquida	6.136,1	5.226,1	17,4%	7.973,1	6.392,1	24,7%
Dívida Líquida/EBITDA	-	-	-	3,8	3,9	-3,5%

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 559,9 MM no 1T22, registrando um aumento de 0,7% quando comparado ao mesmo período de 2021, devido principalmente a:
 - (i) Aumento de 37,0% na receita de Operação e Manutenção explicado pelo reajuste inflacionário do novo ciclo da RAP (2021-2022) e pela entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro de 2021;
 - (ii) Aumento de 35,9% na receita de remuneração do ativo contratual como resultado principalmente da entrada em operação de Janaúba além do impacto da correção monetária no saldo do ativo contratual que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.
 - (iii) Os efeitos acima foram compensados por:
 - a. Menores investimentos nos empreendimentos em construção (Sant'Ana, Janaúba e Ivaí) com impacto negativo na margem de implementação de infraestrutura destes projetos.
 - b. IGP-M menor registrado entre os períodos comparados (4,59% no 1T22 contra 6,18% no 1T21), que afetou negativamente a receita de correção monetária de todas as concessões de categoria 2 da Companhia.
 - c. Aumento de 24,6% nas despesas financeiras líquidas resultado do aumento do CDI e do IPCA e do maior volume de dívida líquida entre os períodos comparados.
- A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2022 aprovou a destinação dos resultados de 2021 com pagamento de dividendos complementares de R\$ 800,3 MM (R\$ 2,32 / Unit) e a Diretoria da TAESA, por delegação dos acionistas, deliberou pelo pagamento deste montante no dia 31 de maio de 2022, com base na posição acionária do dia 9 de maio 2022 e data-ex em 10 de maio de 2022. Com isso, a Companhia remunerou seus acionistas no montante de R\$ 1.790 MM (R\$ 5,20 / Unit) referente ao resultado de 2021, representando um payout de 80,9% do lucro líquido.

RESULTADO REGULATÓRIO

- A receita líquida totalizou R\$ 526,1 MM no 1T22, registrando um crescimento de 36,2% em relação ao mesmo período de 2021, explicado pelo reajuste inflacionário do novo ciclo da RAP (2021-2022) e entrada em operação de Janaúba em 2021.
- O EBITDA totalizou R\$ 454,4 MM, apresentando um aumento anual de 43,5%. A margem EBITDA ficou em 86,4% no trimestre (+4,4pp contra 1T21).

- Aumento de 24,9% das despesas financeiras líquidas, resultado do aumento do CDI e do IPCA e do maior volume de dívida líquida entre os períodos comparados.
- Lucro líquido ficou em R\$ 146,2 MM no 1T22, 35,6% maior que o mesmo período do ano anterior.
- Em 31 de março de 2022, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 7.599,5 MM, um aumento de 14,9% contra o 4T21. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.463,3 MM (aumento de 270,7% versus 4T21), resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.136,1 MM (redução de 1,4% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 3,8x (versus 4,2x no 4T21).
- Índice de disponibilidade foi de 99,97% e uma Parcela Variável (PV) contábil de R\$ 22,8 MM, equivalente a 3,79% da RAP, no 1T22.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 40 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 11 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova e Ananaí; e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).

Dessas concessões, há 4 empreendimentos (Sant'Ana, Paraguaçu, Ivaí e Ananaí) que estão em fase não operacional.

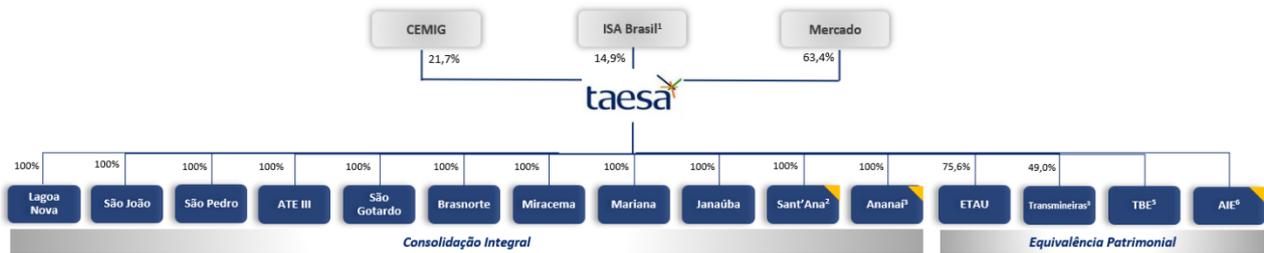
Em 6 de maio de 2022, o empreendimento de Aimorés entrou em operação comercial, passando a adicionar o valor de R\$ 43,7 milhões de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2021-2022. Aimorés é um empreendimento referente ao lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 87,4 milhões para o ciclo 2021-2022 e está localizada no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6.

Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve os termos de liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3. Com isso, as instalações entraram em operação comercial com uma antecipação de quase 12 meses em relação ao prazo ANEEL, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022. Sant'Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa, e apresenta uma RAP total de R\$ 67,1 milhões para o ciclo 2021-2022 e um Capex ANEEL de R\$ 610 milhões. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, com extensão aproximadamente de 591 km de linhas de transmissão.

Em 18 de fevereiro de 2022, o empreendimento de ESTE obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$ 61,8 milhões (ciclo 2021-2022). ESTE é um empreendimento do lote 22, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, 100% controlada pela subsidiária EATE, na qual a Taesa possui de 49,98% do capital social total. A ESTE possui uma RAP total de R\$ 123,6 milhões para o ciclo 2021-2022 e está localizada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo a linha de transmissão LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, de cerca de 236 km de extensão, e a subestação SE 500/345 kV João Neiva 2.

Em 17 de dezembro de 2021, a TAESA sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 1, o maior lote do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os Estados de São Paulo e Paraná, extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí"), terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 129,9 MM a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em 1º de setembro de 2021, o empreendimento da concessão Janaúba entrou em operação comercial, com 5,5 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL e uma eficiência no volume total de investimento em torno de 18% em relação ao Capex ANEEL, passando então a adicionar o valor de R\$ 213,6 MM de RAP para a Taesa. Janaúba é o maior projeto *greenfield* entregue pela Companhia até o momento, localizado entre os estados de Minas Gerais e Bahia com extensão de 545 km de linha, compreendendo as linhas de transmissão LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Janaúba 3 (Circuito Simples) e LT 500 kV Janaúba 3 - Pirapora 2 (Circuito Simples) e três subestações de 500 kV (Bom Jesus da Lapa II, Janaúba 3 e Pirapora 2).



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Sant'Ana – Os trechos de LT 230 kV – Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1) e parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 foram entregues com direito a RAP a partir de 28/3/2022.

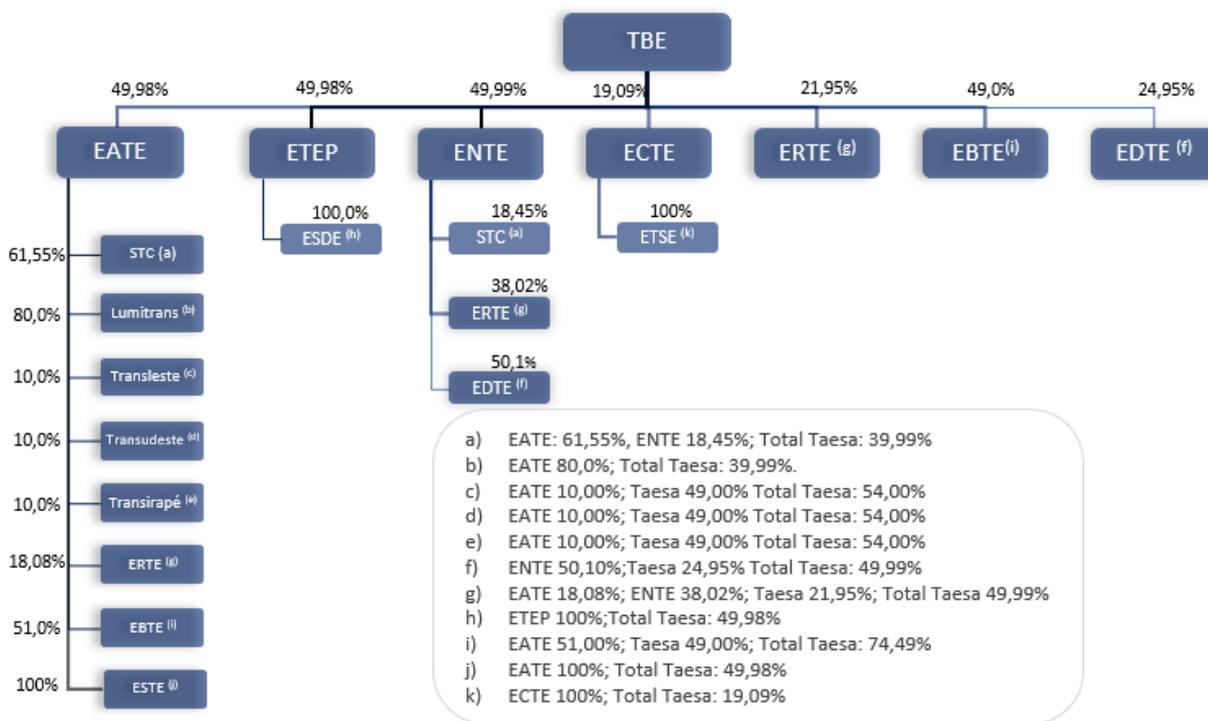
³ Ananaí corresponde ao Lote 1 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2021. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31/03/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

⁴ Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%).

⁵ TBE – Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

⁶ AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 empreendimentos, cujo um, Aimorés, foi entregue em maio de 2022.

3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é o nome fantasia dado ao grupo de 3 concessões.

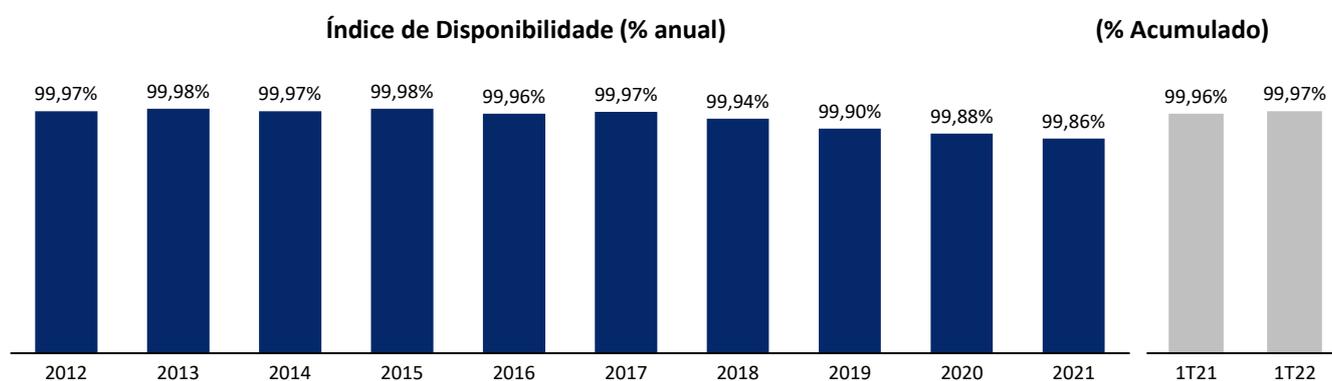
 em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

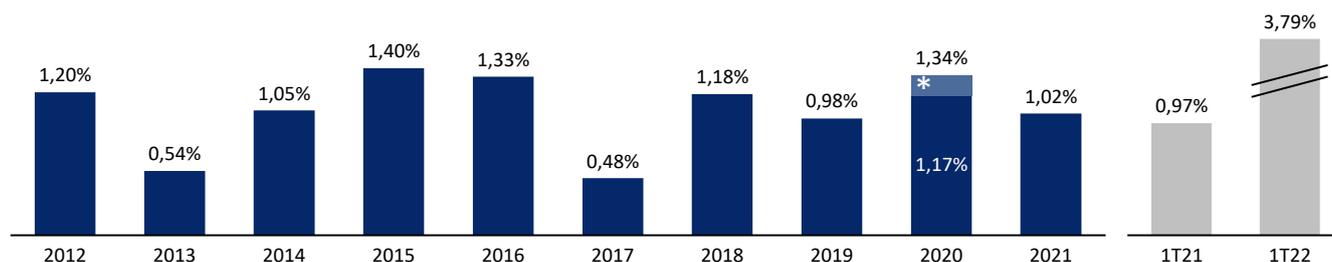
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro trimestre de 2022, um índice de disponibilidade de 99,97%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



* PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.

A PV contabilizada no 1T22 foi de R\$ 22,8 MM, sendo os principais eventos, ocorridos em 2021, a seguir: (i) ATE: queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP, em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio à Companhia, e (ii) Novatrans: contabilização do desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, por fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia, em maio de 2021, por julgamento recente pela ANEEL do mérito indicando a cobrança da PV. Devido a imprevisibilidade e inevitabilidade destes eventos fortuitos, estes casos estão sendo discutidos em processos administrativos e judiciais.

4.2. Ciclo da RAP 2021-2022

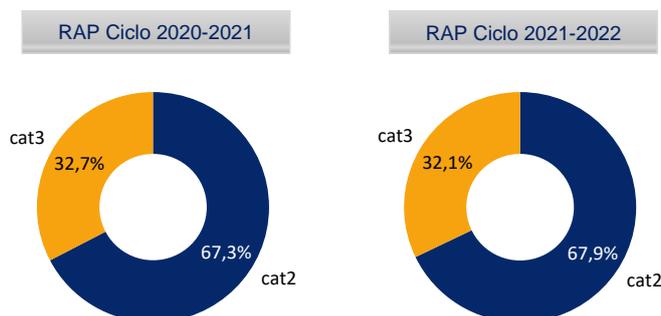
Em 13 de julho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.895/2021 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2021-2022, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T21. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 37,04%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 8,06%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2019-2020	Ciclo 2020-2021	Ciclo 2021-2022
Ajuste IGP-M	7,6%	6,5%	37,0%
Novatrans ²	330,9	352,5	483,3
TSN ²	301,0	325,1	454,6
Munirah	40,9	29,0	29,9
GTESA	5,5	5,9	8,1
PATESA ²	18,1	17,4	23,9
ETAU ¹²	38,5	29,9	39,1
ETEO	98,9	105,4	144,4
NTE ²	86,3	92,1	126,1
STE ²	48,6	50,6	69,5
ATE I ²	167,3	115,1	122,1
ATE II ²	258,7	275,5	273,6
EATE ¹²	122,2	130,6	179,0
ETEP ¹	27,6	29,4	40,3
ENTE ¹	102,0	67,3	92,2
ECTE ¹	10,2	10,8	14,9
ERTE ¹²	19,5	15,3	21,0
Lumitrans ¹²	12,0	12,7	17,4
Transleste ¹	24,7	19,3	18,0
Transirapé ¹	20,1	22,2	29,4
Transudeste ¹	15,3	16,3	18,4
Subtotal	1.748,3	1.722,3	2.205,1
Ajuste IPC-A	4,7%	1,9%	8,1%
ATE III ²³⁵	125,4	127,7	138,2
São Gotardo ³	5,4	5,5	6,0
Mariana ³	15,4	16,4	17,8
Miracema ³	65,0	67,9	74,5
Janaúba ³⁴	194,1	197,7	213,6
Aimorés ¹³⁴	39,7	40,4	43,7
Paraguaçu ¹³⁴	59,2	60,4	65,2
Brasnorte ¹²³	27,6	28,1	30,8
STC ¹²³	18,9	19,2	21,0
EBTE ¹²³	34,4	36,4	40,4
ESDE ¹³	7,0	7,2	7,8
ETSE ¹²³	4,0	4,1	4,9
ESTE ¹³⁴	56,1	57,2	61,8
Ivaí ¹³⁴	147,0	149,8	161,8
EDTE ¹³	34,6	35,2	38,1
Sant'Ana ³⁴	60,9	62,1	67,1
São João ³	47,6	49,8	53,9
São Pedro ³	44,9	46,5	57,9
Lagoa Nova ³	12,6	12,9	13,9
Ananai (Lote 1) ³⁴			129,9
Subtotal	999,8	1.024,6	1.248,2
Total	2.748,1	2.746,9	3.453,3

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2021-2022 é de R\$ 3.453,3 MM, sendo 50,3% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2021-2022 ficou em R\$ 2.986 MM, contra R\$ 2.179 MM para o ciclo 2020-2021, considerando a entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021 e de ESTE em fevereiro de 2022.

O reajuste da RAP para o ciclo 2021-2022 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Munirah, ETAU, ATE I, ATE II, Transleste, Transirapé, Transudeste** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **São Pedro, EATE, ENTE**, apresentaram entrada em operação de reforços; (iii) **Novatrans, TSN, GTESA, NTE, STE, ECTE, ETAU, ATE II e Brasnorte** apresentaram efeito de revisão tarifária em seus reforços; e (iv) **Miracema, STC, EBTE e ESDE** apresentaram efeito de revisão tarifária.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova e Ananai (nova denominação do Lote 1) devem ser adicionados de PIS/COFINS.



¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021 e 2021-2022, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.

- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

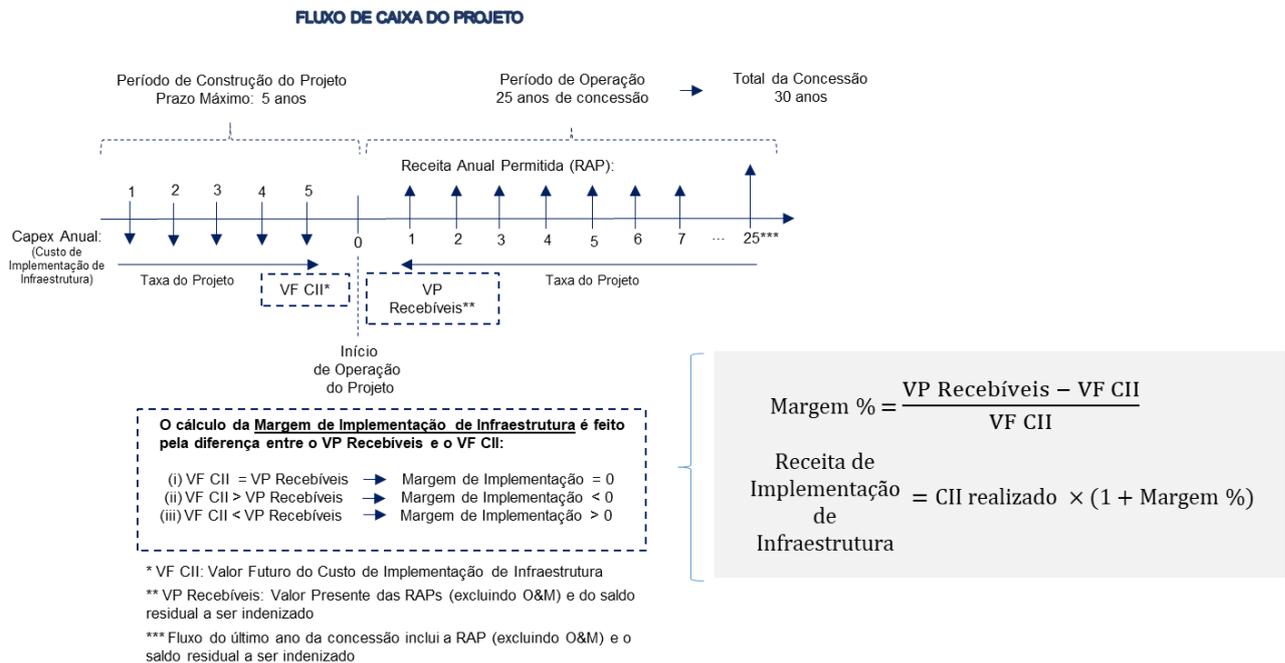
Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Em outras palavras, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.
- (v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.

É importante ressaltar que para o exercício social de 2021 e para o primeiro trimestre de 2022 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.624.798.410,03, sendo R\$ 1.604.386.029,86 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 31 de março de 2022, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 40.734.874,32, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 1T22 foi de R\$ 795,6 MM, 12,4% menor que o 1T21, em função basicamente da redução da receita de implementação de infraestrutura dado os menores investimentos nas concessões de Janaúba e Sant'Ana.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do primeiro trimestre de 2022 foram: IGP-M de 0,87%, 1,82% e 1,83% (acumulado +4,59%), e IPCA de 0,73%, 0,54% e 1,01% (acumulado +2,30%), referente aos meses de dezembro de 2021 e janeiro e fevereiro de 2022, respectivamente. No primeiro trimestre de 2021, o IGP-M foi de 0,96%, 2,58% e 2,53% (acumulado +6,18%), e IPCA de 1,35%, 0,25% e 0,86% (acumulado +2,48%), referente aos meses de dezembro de 2020 e janeiro e fevereiro de 2021.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
Operação e manutenção		239,9	175,0	37,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão		254,1	187,0	35,9%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		333,2	364,8	-8,7%
Implementação de infraestrutura		49,9	249,2	-80,0%
Total Receitas IFRS		877,0	976,1	-10,1%
Parcela variável		(22,8)	(4,3)	431,9%
Outras receitas operacionais		6,9	5,8	18,0%
Receita operacional bruta		861,1	977,6	-11,9%
PIS e COFINS		(46,8)	(52,8)	-11,4%
ISS		(0,1)	(0,2)	-34,8%
ICMS		(0,0)	(0,0)	-68,2%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(18,6)	(16,2)	14,7%
Deduções da receita operacional bruta		(65,4)	(69,1)	-5,3%
Receita operacional líquida		795,6	908,4	-12,4%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 37,0% da receita de O&M se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2021-2022, de 37,04% no IGP-M e 8,06% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de junho de 2020 a maio de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.895/2021, além do impacto positivo com a entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro de 2021.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O crescimento de 35,9% na comparação anual se deve principalmente à entrada em operação de Janaúba, além do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma queda anual de 8,7% em razão da contração do índice de inflação IGP-M registrado nos períodos comparados (4,59% no acumulado do 1T22 versus 6,18% no 1T21), conforme apresentado mais acima. Esse efeito foi compensado em parte pela entrada em operação de Janaúba e pela prorrogação do prazo de concessão de Mariana.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. A redução anual de 80% na receita de implementação se deve basicamente à entrada em operação de Janaúba e aos menores investimentos em Sant'Ana nos períodos comparados.
- **Parcela variável (PV):** A PV registrou um resultado de R\$ 22,8 MM, apresentando portanto um aumento de R\$ 18,5 MM na comparação entre os trimestres em função da queda de torres na LT 525 kV Assis-Araquara C1 SP na ATE decorrente de um evento climático severo e da contabilização do desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2 na Novatrans. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** O resultado de outras receitas operacionais do 1T22 foi impactado pela contabilização de dois meses de RAP referente ao reforço de São Pedro que entrou em operação neste trimestre. A contabilização do ativo contratual deste reforço se iniciará no próximo trimestre.
- **Deduções da receita bruta:** Houve uma diminuição de 5,3% na comparação entre o 1T22 e 1T21 principalmente em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15).

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 111,0 MM no 1T22, 53,7% menor quando comparado ao 1T21.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)			
R\$ MM	1T22	1T21	Var. %
Pessoal	(49,2)	(42,8)	14,9%
Material	(36,3)	(168,6)	-78,5%
Serviço de terceiros	(15,1)	(12,0)	26,3%
Outros	(3,5)	(11,6)	-69,5%
Total	(104,2)	(235,0)	-55,7%
Depreciação e amortização	(6,9)	(4,7)	46,3%
Total	(111,0)	(239,7)	-53,7%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 14,9% na comparação entre o 1T22 e o 1T21 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 8,06%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, ajuste não recorrente de cerca de R\$ 1,8 MM (sem efeito caixa) referente à provisão de férias, décimo terceiro, PLR e seus respectivos encargos de exercícios anteriores, além de aumento de quadro e programa de meritocracia e promoções.
- **Material:** A redução anual de 78,5% se deve, principalmente, aos menores investimentos nos empreendimentos de Sant'Ana (-R\$ 80 MM) e Janaúba (-R\$ 53 MM), este último em função da entrada em operação em setembro de 2021.
- **Serviços de terceiros:** O aumento de 26,3% na comparação anual foi influenciado basicamente por (i) maiores despesas de caráter emergencial e corretivo na concessão de Mariana com serviço de drenagem e manutenção devido às fortes chuvas na região em janeiro de 2022, (ii) aumento das despesas com consultorias de TI e jurídica, e (iii) maiores despesas de viagens.
- **Outros:** A redução de 69,5% no 1T22, se deve, basicamente, à baixa realizada no 1T21 de saldos a receber em aberto de São Pedro que correspondiam a adiantamento de empreiteiras das obras, acertados via conta garantia no fechamento da transação, mas que não foram baixados na data da aquisição.
- **Depreciação e amortização:** O aumento anual de 46,3% é explicado pela unitização do projeto de implementação do SAP S/4 Hana, o que gerou um aumento na depreciação do 1T22 em comparação ao 1T21.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 1T22, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 691,5 MM com margem EBITDA de 86,9%. O aumento de 2,7% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicado basicamente pelo aumento das receitas de Operação e Manutenção e de Remuneração do Ativo Contratual, ambos impactados positivamente pela entrada em operação de Janaúba e pela pressão inflacionária. Estes efeitos foram compensados em parte pela redução da margem de implementação de infraestrutura, seguindo os menores investimentos nos empreendimentos de Sant'Ana e Janaúba, pela menor receita de correção monetária do ativo contratual e pelo aumento da Parcela Variável.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)			
R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
Receita líquida	795,6	908,4	-12,4%
Custos e despesas	(104,2)	(235,0)	-55,7%
EBITDA	691,5	673,5	2,7%
Margem EBITDA	86,9%	74,1%	12,8 pp

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 1T22 alcançou R\$ 526,1 MM, 36,2% maior que o registrado no 1T21, explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo 2021-2022 da RAP e entrada em operação de Janaúba, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 36,7% entre o 1T22 e o 1T21 é explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e pela entrada em operação da concessão de Janaúba no início de setembro de 2021. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões Munirah, ATE I e ATE II (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) registrou R\$ 22,8 MM, apresentando portanto um aumento de R\$ 18,5 MM na comparação entre o 1T22 e o 1T20 em função da queda de torres decorrente de um evento climático severo na LT 525 kV Assis-Araquara C1 SP na ATE e da contabilização do desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2 na Novatrans. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

Outras receitas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 8,8 MM explicado pelo fim da parcela de ajuste que foi contabilizada no período entre 3T20 e 2T21, em função do cancelamento da TLD de São João definida na resolução homologatória 2.275/20, referente ao processo administrativo nº 48500.002803/2017-41 da ANEEL instaurado antes da conclusão da aquisição do ativo. É importante mencionar que o registro não teve impacto financeiro na Companhia uma vez que o valor foi acertado via conta garantia na data de conclusão.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T22	1T21	Var. %
RAP Concessionárias	600,9	439,7	36,7%
Parcela Variável	(22,8)	(4,3)	431,9%
Receita do Serviço	578,1	435,4	32,8%
Outras receitas operacionais	0,1	(8,7)	n/a
Receita operacional bruta	578,2	426,7	35,5%
PIS e COFINS	(33,4)	(24,0)	39,1%
ISS	(0,1)	(0,2)	-34,8%
ICMS	(0,0)	(0,0)	-68,2%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(18,6)	(16,2)	14,7%
Total Deduções	(52,0)	(40,3)	29,0%
Receita operacional líquida	526,1	386,4	36,2%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 143,1 MM no 1T22, 7,8% maior quando comparado ao 1T21. Os custos de PMSO somaram R\$ 71,7 MM, registrando um aumento anual de 2,8%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
Pessoal	(49,2)	(42,8)	14,9%
Material	(0,7)	(0,7)	-3,2%
Serviço de terceiros	(15,1)	(12,0)	26,3%
Outros	(6,6)	(14,2)	-53,2%
Total	(71,7)	(69,7)	2,8%
Depreciação e amortização	(71,4)	(63,1)	13,2%
Total	(143,1)	(132,8)	7,8%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 71,7 MM no 1T22 (+2,8% versus 1T21), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 14,9% na comparação entre o 1T22 e o 1T21 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 8,06%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, ajuste não recorrente de cerca de R\$ 1,8 MM (sem efeito caixa) referente à provisão de férias, décimo terceiro, PLR e seus respectivos encargos de exercícios anteriores, além de aumento de quadro e programa de meritocracia e promoções.
- **Material:** As despesas com material ficaram praticamente estável na comparação anual.
- **Serviços de Terceiros:** O aumento de 26,3% na comparação anual foi influenciado basicamente por (i) maiores despesas de caráter emergencial e corretivo na concessão de Mariana com serviço de drenagem e manutenção devido às fortes chuvas na região em janeiro de 2022, (ii) aumento das despesas com consultorias de TI e jurídica, e (iii) maiores despesas de viagens.
- **Outros:** A diminuição no 1T22 de 53,2% se deve, basicamente, à baixa realizada no 1T21 de saldos a receber em aberto de São Pedro que correspondiam a adiantamento de empreiteiras das obras, acertados via conta garantia no fechamento da transação, mas que não foram baixados na data da aquisição.

O aumento de 13,2% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 1T22 e o 1T21, refere-se à entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro de 2021.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 1T22 atingiu R\$ 454,4 MM, 43,5% maior que o registrado no 1T21 e uma margem EBITDA de 86,4% (+4,4pp versus 1T21). Conforme mencionado anteriormente o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e a entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021 explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

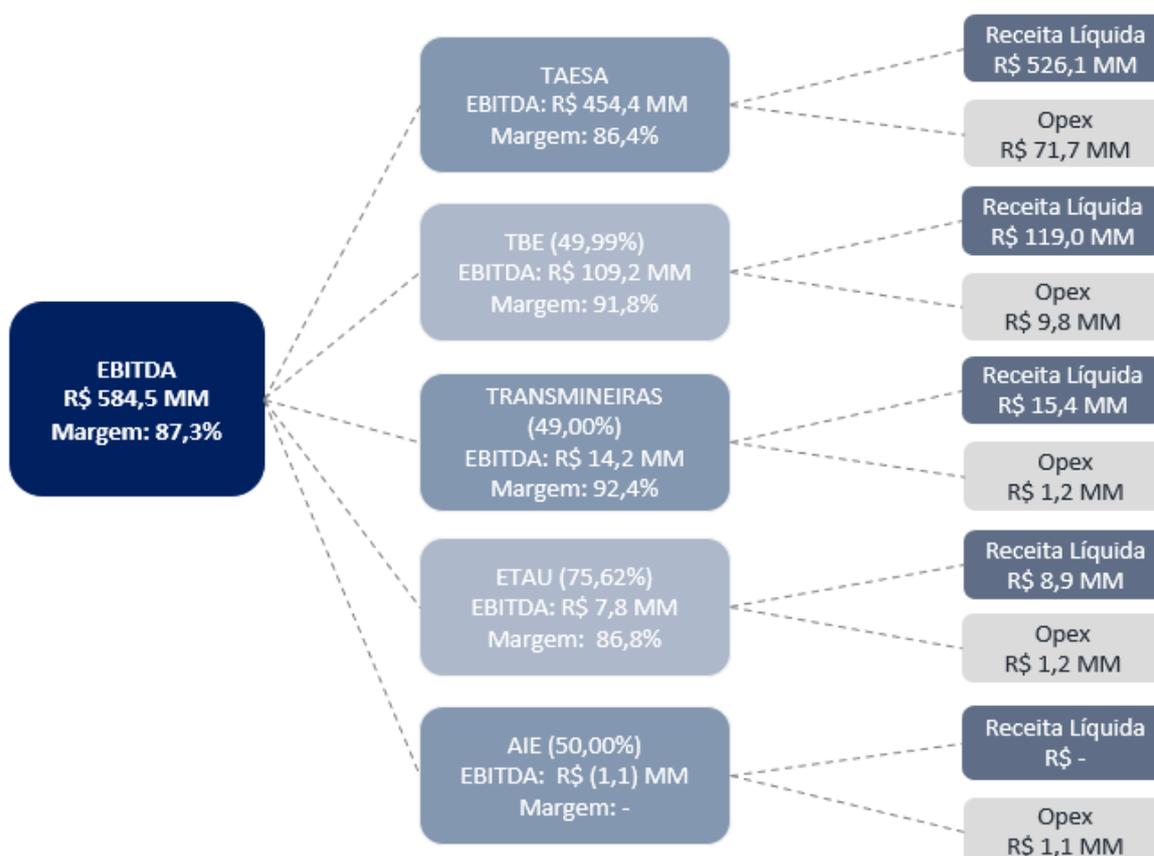
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
Receita líquida	526,1	386,4	36,2%
Custos e despesas	(71,7)	(69,7)	2,8%
EBITDA	454,4	316,7	43,5%
Margem EBITDA	86,4%	82,0%	4,4 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório do primeiro trimestre de 2022 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 1T22 totalizou R\$ 210,7 MM, 2,6% maior que o 1T21.

Equivalência Patrimonial IFRS				
	R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
ETAU		8,7	13,1	-33,2%
TBE		153,1	136,7	11,9%
Aimorés		7,5	4,8	56,1%
Paraguaçu		15,9	6,9	129,4%
Ivaí		9,0	27,6	-67,2%
Transmineiras		16,4	16,1	2,0%
Total Equivalência Patrimonial		210,7	205,3	2,6%

O aumento de 2,6% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 1T22 e o 1T21, se deve principalmente a: (i) aumento da receita de O&M em função do aumento da inflação (IGP-M em 37,04% e IPCA em 8,06%), que impactou todas as subsidiárias operacionais; (ii) variação positiva dos investimentos nos projetos em construção Paraguaçu e Aimorés; e (iii) entrada em operação da concessão ESTE. Esses efeitos foram compensados em parte pela variação negativa na receita de correção monetária no resultado por conta da variação de índices macroeconômicos, que impactou todas as subsidiárias operacionais, além dos menores investimentos e maiores despesas financeiras em Ivaí.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T22 totalizou R\$ 28,9 MM, 25,4% menor que o registrado no 1T21.

Equivalência Patrimonial - Regulatório				
	R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
ETAU		(2,3)	9,8	-
TBE		63,1	50,0	26,1%
Aimorés		0,2	(0,0)	-
Paraguaçu		0,1	(0,1)	-
Ivaí		(27,0)	(16,3)	65,6%
Transmineiras		8,6	8,9	-4,0%
Resultado das Controladas		42,6	52,4	-18,8%
Amortização do ágio - TBE		(13,6)	(13,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial		28,9	38,7	-25,4%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T22 apresentou uma redução de 25,4% na comparação anual. Este desempenho é explicado basicamente pelas maiores despesas financeiras de Ivaí e da TBE, com o resultado da alta do IPCA e do CDI, e pelo ajuste contábil na linha de impostos diferidos da ETAU relativo ao exercício anterior, mas compensado em parte pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA), que afetou principalmente a TBE.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 228,2 MM no 1T22, 24,6% maior que o registrado no 1T21. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 227,9 MM, 24,9% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro IFRS			
R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
Receitas Financeiras	23,0	4,4	422,6%
Renda de aplicação financeira	23,0	4,4	422,6%
Despesas Financeiras	(251,2)	(187,5)	34,0%
Juros incorridos	(148,4)	(87,2)	70,2%
Variações monetárias e cambiais	(102,7)	(94,8)	8,4%
Ajuste ao valor justo	0,0	(0,0)	n/a
Arrendamento	(0,3)	(0,7)	-54,3%
Outras despesas/receitas financeiras	0,2	(4,9)	n/a
Total IFRS	(228,2)	(183,1)	24,6%

O aumento anual de R\$ 18,6 MM nas Receitas Financeiras ocorreu pelo aumento no volume de caixa aplicado, em função da 11ª emissão de debêntures no valor de R\$ 800 MM, o aumento considerável do CDI no período (2,39% no 1T22 x 0,48% no 1T21) e pela geração de caixa operacional.

A variação de 70,2% na linha de juros incorridos se devem, basicamente, ao aumento do principal da dívida em função da 10ª e 11ª emissões de debêntures nos valores de R\$ 750 MM e R\$ 800 MM, realizadas em maio de 2021 e fevereiro de 2022, respectivamente, e da correção pela inflação, além do aumento do CDI.

O crescimento de 8,4% na linha de variações monetárias e cambiais na comparação anual é explicado basicamente pelo aumento da inflação acumulada entre os períodos comparados (IPCA de 3,20% no 1T22 x 2,05% no 1T21) associado ao aumento da dívida bruta indexada ao IPCA.

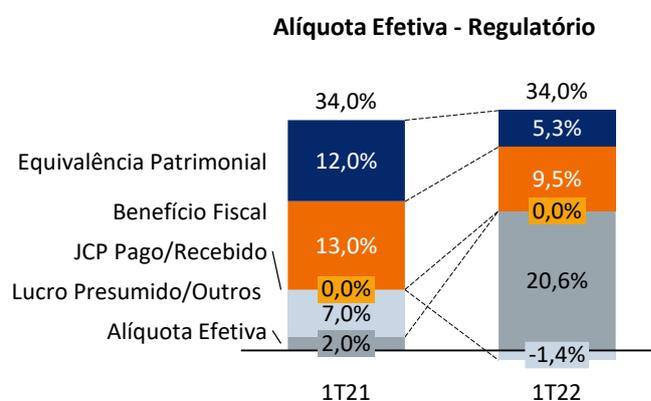
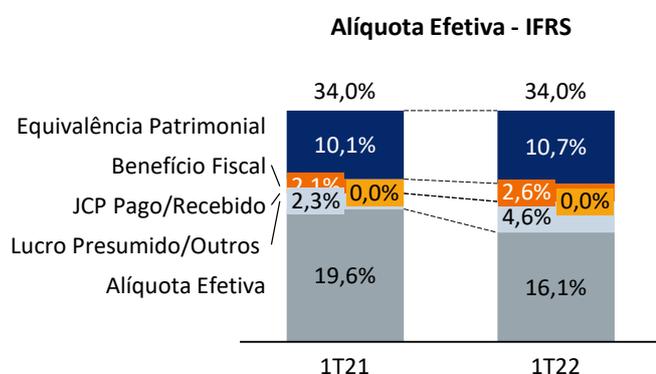
A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou uma variação positiva de R\$ 5,1 MM na comparação anual explicada, basicamente, pelo (i) efeito líquido das atualizações dos depósitos judiciais e das provisões de contingências, (ii) o aumento da taxa Selic entre os períodos comparados, impactando positivamente as atualizações monetárias dos projetos de P&D.

4.15. Impostos

A redução de 20,7% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 1T22 e 1T21 é explicada basicamente pela queda no lucro antes dos impostos, crescimento no lucro das empresas que possuem tributação em regime de lucro presumido e aumento na dedução do incentivo fiscal.

Vale destacar que a alíquota efetiva no 1º trimestre de cada ano é naturalmente maior do que os demais trimestres pois normalmente não se paga dividendos ou JCP nos primeiros 3 meses do ano, uma vez que a destinação do resultado do ano anterior ocorre somente após a aprovação em AGO.

R\$ MM	IFRS			Regulatório		
	1T22	1T21	Var.%	1T22	1T21	Var.%
Conciliação Imposto						
Lucro antes do Impostos	667,1	690,9	-3,4%	184,0	110,0	67,4%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(226,8)	(234,9)	-3,4%	(62,6)	(37,4)	67,4%
Equivalência Patrimonial	71,6	69,8	2,6%	9,8	13,2	-25,4%
SUDAM/SUDENE	17,5	14,3	22,0%	17,5	14,3	22,0%
JCP Pago/Recebido	-	-	n/a	-	-	n/a
Empresas Lucro Presumido	33,1	21,3	55,2%	10,0	2,3	332,6%
Outros	(2,6)	(5,6)	-54,0%	(12,6)	5,4	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(107,2)	(135,1)	-20,7%	(37,9)	(2,2)	1632,7%
Alíquota Efetiva	16,1%	19,6%	-3,5 pp	20,6%	2,0%	18,6 pp



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE*	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE**	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

*A EBTE protocolou a renovação do benefício fiscal da SUDAM em dezembro de 2021 e está aguardando posição do órgão competente.

** Concessão do benefício fiscal da SUDENE para ESTE depende da conexão do ativo ao SIN, condicionada a conclusão de um empreendimento controlado por terceiros.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

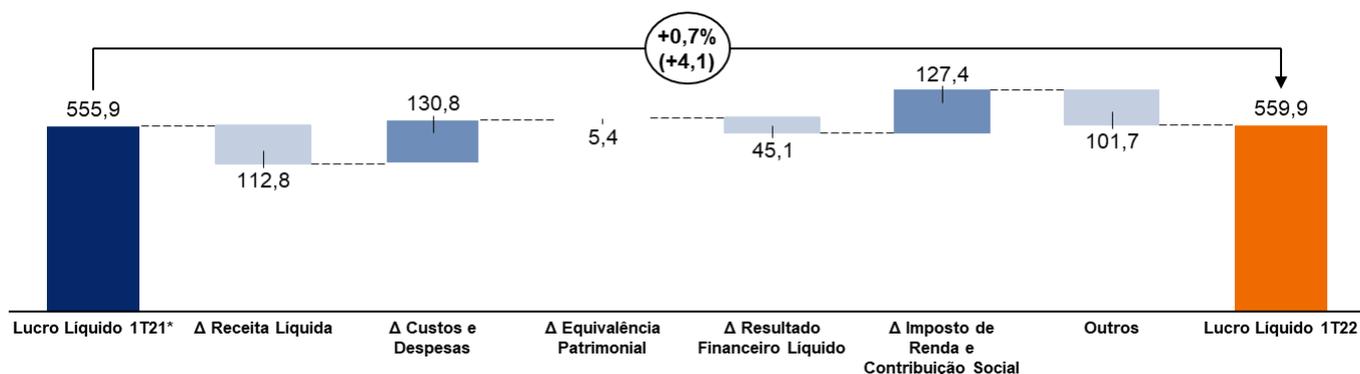
Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

4.16. Lucro Líquido

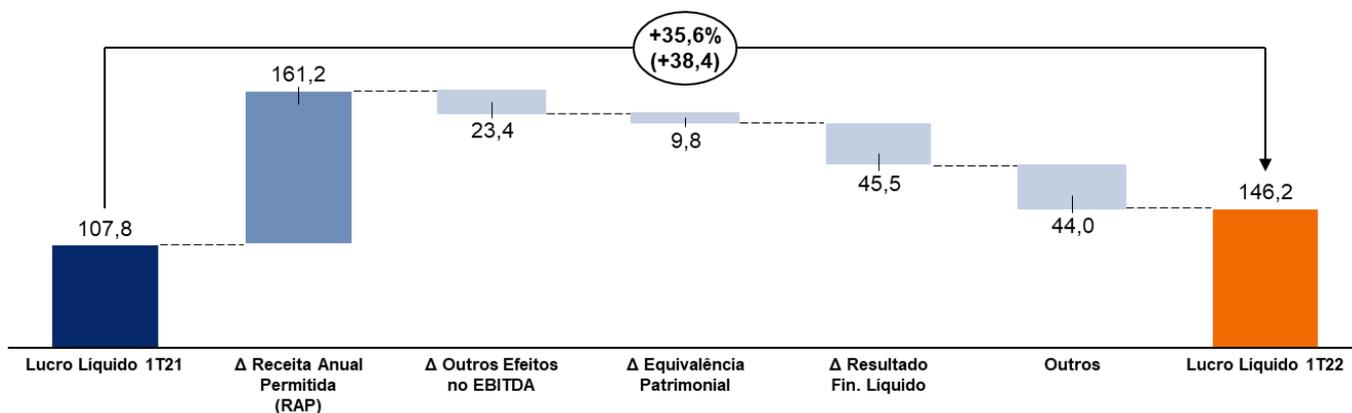
Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 559,9 MM no 1T22, 0,7% maior que o registrado no 1T21.

Lucro Líquido IFRS – 1T22:



Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 146,2 MM no 1T22, apresentando um aumento anual de 35,6%.

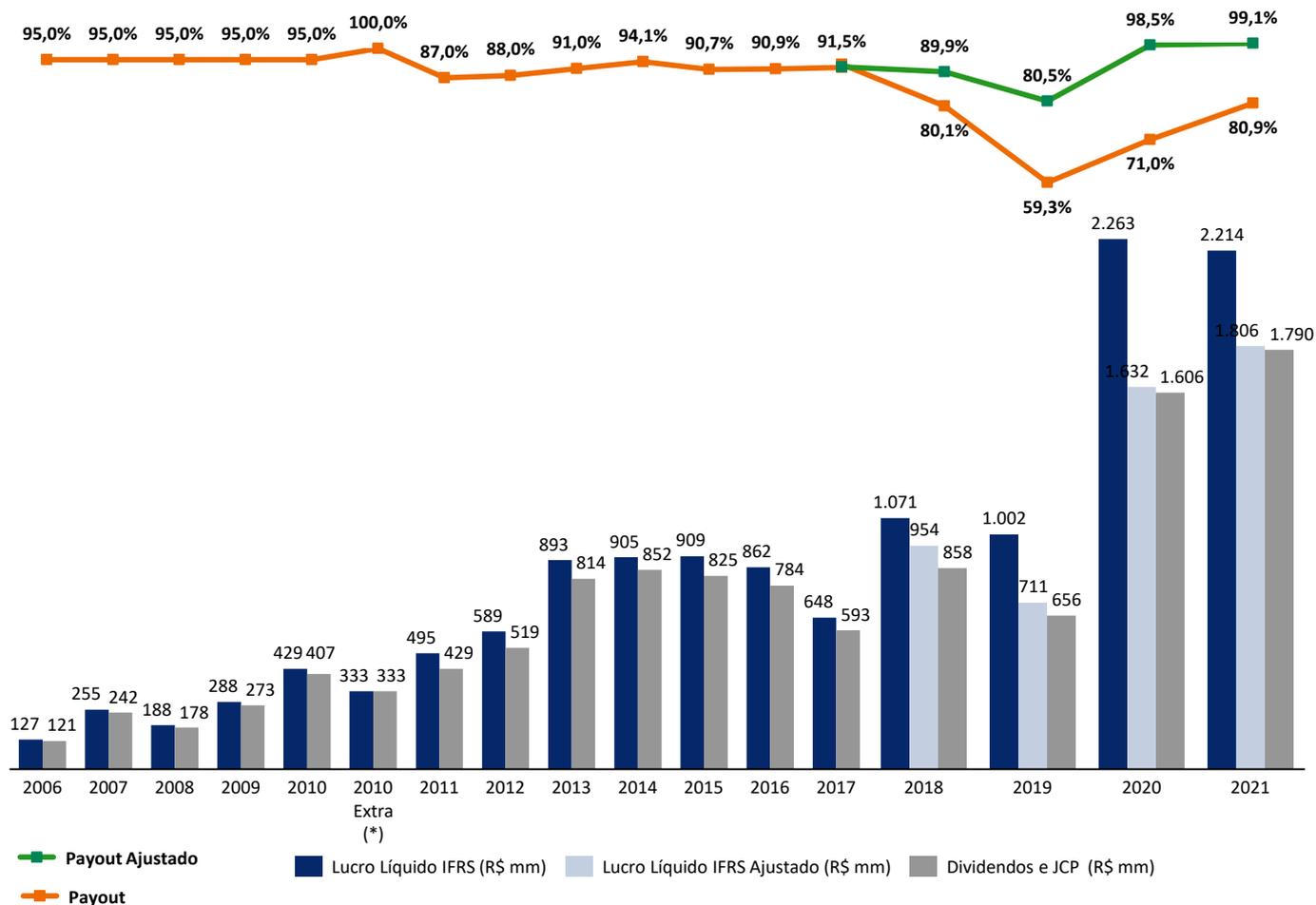
Lucro Líquido Regulatório – 1T22:



4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 28 de abril de 2022, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2021 e delegaram à Diretoria da Companhia a definição das tranches e datas de pagamento para a distribuição de R\$ 800.292.750,30 a título de dividendos, sendo R\$ 147.011.157,98 a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes e R\$ 653.281.592,32 a título de dividendos adicionais.

A Diretoria, em reunião realizada no dia 3 de maio de 2022, deliberou que o pagamento dos dividendos, no montante de R\$ 800.292.750,30, equivalente a R\$ 0,77 por ação (TAE E3 e TAE E4) ou R\$ 2,32 por unit (TAE E11), ocorrerá no dia 31 de maio de 2022, com a data-base de 9 de maio 2022. A Taesa já havia distribuído ao longo do ano passado, referente ao resultado de exercício social de 2021, R\$ 989,6 MM entre dividendos e JCP. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2021 será de R\$ 1.789,9 MM, registrando um payout de 80,9%.



*Reserva do IFRS

4.18. Endividamento

No 1T22, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 7.599,5 MM, 14,9% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.463,3 MM, registrando um aumento de 270,7% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.136,1 MM, 1,4% menor que o 4T21.

R\$ MM

Dívida Líquida	1T22	% Dív Bruta	4T21	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	1.031,4	13,6%	949,5	14,4%	8,6%
Taxa Fixa	7,6	0,1%	8,9	0,1%	-14,3%
CDI	549,1	7,2%	476,0	7,2%	15,4%
IPCA	474,7	6,2%	464,6	7,0%	2,2%
Longo Prazo	6.568,0	86,4%	5.666,0	85,6%	15,9%
Taxa Fixa	1,0	0,0%	2,0	0,0%	-48,4%
CDI	2.345,7	30,9%	1.543,3	23,3%	52,0%
IPCA	4.221,3	55,5%	4.120,7	62,3%	2,4%
Endividamento Total	7.599,5	100,0%	6.615,5	100,0%	14,9%
(-) Caixa e Aplicações *	(1.463,3)		(394,8)		270,7%
(=) Dívida Líquida	6.136,1		6.220,7		-1,4%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 1T22 a dívida bruta totalizou R\$ 7.599,5 MM e o caixa R\$ 1.463,3 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.136,1 MM. O aumento de 14,9% da dívida bruta no período se deve basicamente à 11ª emissão de debêntures da TAESA, concluída em fevereiro deste ano.

O aumento de 270,7% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pelos recursos recebidos referente à 11ª emissão de debêntures e a geração operacional de caixa no período.

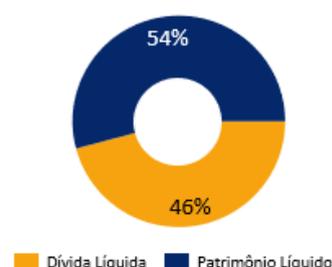
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 9.667,4 MM e o caixa de R\$ 1.694,3 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 963,2 MM e caixa/aplicações de R\$ 106,9 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 3,7 MM e caixa/aplicações de R\$ 6,3 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 48,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 10,5 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.052,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 107,2 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,8x no 1T22, abaixo do registrado no 4T21 (4,2x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 3,7x no 1T22 versus 4,1x registrado no 4T21.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Company	Gross Debt R\$ mn	Cash Balance R\$ mn	Net Debt R\$ mn
TAESA	7.599,5	1.463,3	6.136,1
ETAU (75.6%)	3,7	6,3	-2,6
TBE (49,99%)	963,2	106,9	856,3
Transmineiras (49%)	48,6	10,5	38,1
AIE (50%)	1.052,4	107,2	945,2
TOTAL	9.667,4	1.694,3	7.973,1

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	932.102	21.413	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	326.515	7.726	IPCA + 4,41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	645.290	27.299	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	441.070	32.256	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	243.303	5.143	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	12
	7ª Debêntures	IPCA	581.552	68.247	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	358.972	5.190	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	9ª Debêntures	CDI	449.895	24.994	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	10ª Debêntures	CDI	645.213	27.097	CDI + 1,70%	-	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	104.990	1.942	IPCA + 4,7605%	-	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	148.683	2.751	CDI + 1,18%	AAA.br	Mai/2025	Semestral	2
	11ª Debêntures	CDI	648.683	12.108	CDI + 1,36%	AAA.br	Mai/2027	Semestral	2
	SWAP - Citibank*	CDI	355.086	0	106.0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	109.884	0	IPCA + 3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	109.881	0	IPCA + 3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	54.989	0	IPCA + 3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	54.886	0	IPCA + 3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	54.175	0	IPCA + 3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	54.152	0	IPCA + 3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	30	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
FINAME	pré-fix	1.904	2	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12	
FINAME	pré-fix	4.759	6	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12	
FINAME	pré-fix	130	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12	
SGT	FINAME	pré-fix	1.835	2	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	249.181	2.311	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	650.248	76.828	IPCA + 4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	53.688	3.047	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES - GIRO	TJLP	3.668	29	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	6ª Debêntures	CDI	3.813	5	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	11.567	17	112% CDI	0	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.763	2.983	108,60% CDI	0	Jul/2024	Bullet	1
	9ª Debêntures	CDI	99.709	5.156	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
EBTE	1ª Debentures	CDI	20.451	30	112% CDI	-	jun/23	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	37.107	1.921	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	153.824	38.842	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	2.961	4	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.523	211	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	14.365	162	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/25	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	9.511	492	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.930	553	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	50.762	573	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
ETEP	3ª Debêntures	CDI	6.874	10	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	CBB Santander	CDI	45.681	516	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
ESTE	4ª Debêntures	CDI	24.899	1.289	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	1ª Debêntures	IPCA	195.766	63.912	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	3.876	21	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.097	89	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	3.885	5	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	2.358	4	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.724	75	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	2.625	4	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	26.901	1.393	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
TRANSUDESTE	BNDES	pré-fix	1.195	71	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	3.304	5	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	939.314	113.095	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			9.117.548	549.832					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 1T22 a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 130,8 MM contra R\$ 308,3 MM investidos no 1T21, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de 57,6% entre os períodos comparados se deve aos menores investimentos em alguns projetos (Sant'Ana, Janaúba, Ivaí e ESTE), principalmente em função do estágio avançado da construção destes empreendimentos, alguns deles já concluídos, compensado em parte por maiores investimentos em Paraguaçu e Aimorés.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ Mil	Custo de Implementação (Capex)									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	1T22	TOTAL
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	-	179.129
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	-	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	655.111	162.130	-	974.246
Aimorés				3.923	3.638	65.877	82.034	15.751	5.787	177.010
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	108.966	40.506	17.813	288.494
Ivaí				8.662	12.740	46.190	379.137	348.458	46.812	842.000
ESTE				868	4.546	6.243	122.486	140.757	28.481	303.380
EDTE					14.635	175.155	1.837	-	-	191.626
Sant'Ana					-	32.172	151.021	268.325	31.945	483.463
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.535.184	975.927	130.838	3.707.914

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. O ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente quatro empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 4.807 MM e uma RAP de R\$ 651,1 MM (ciclo RAP 2021-2022). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o investimento ANEEL é de R\$ 3.583,5 MM com uma RAP proporcional de R\$ 424,1 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2021-22) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	17,8	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	74,5	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	76,1	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE- TBE)	123,6	486	fev/17	fev/22	Concluído em 09/02/2022
	Janaúba (Lote 17)	545 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	213,6	960	fev/17	fev/22	Concluído em 01/09/2021
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	87,4	341	fev/17	fev/22	Concluído em 06/05/2022
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	130,4	510	fev/17	fev/22	Em andamento
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	323,7	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	67,1	610	mar/19	mar/23	Em andamento
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananai (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	129,9	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
TOTAL		3.221 km		R\$ 1.244 MM	R\$ 7.345 MM			

Status dos Projetos

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em novembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Energização concluída em 1º de setembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 10 de setembro de 2021, com data retroativa a 1º de setembro de 2021.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Licença de Operação emitida em 17 de dezembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação de Receita em 18 de fevereiro de 2022, com data retroativa a 9 de fevereiro de 2022.
- Empreendimento finalizado e aguardando ONS para energização.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Licença de Operação emitida em fevereiro de 2022.
- Avanço físico: 98% em 31 de março de 2022.

Nota: Concessão em operação desde 6 de maio de 2022 após a emissão do Termo de Liberação Definitiva pela ONS.

Paraguçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico: 97% em 31 de março de 2022.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico: 95% em 31 de março de 2022.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022 retroativo a 28 de março de 2022.
- Avanço físico: 85% em 31 de março de 2022.

Ananaí

- Constituição da empresa Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhora contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Para o período, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do segundo Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 6 debêntures verdes
- 2ª Certificação *Great Place to Work* 2021-2022 – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2021 - Segmento Geração, Distribuição e Transmissão
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIA+, PCDs e Raça & Etnia.

Em 2022, o Programa segue com diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:

- Atualização do Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade
- Pesquisa de Viés Inconsciente
- Fóruns de Empoderamento Feminino
- Curso de formação de eletricitistas para mulheres

- Metas de aumento dos indicadores dos 5 pilares (referente aos resultados de 2021)
- Palestras sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2021): <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com *home office* e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”);
- Incentivo à imunização completa: 95% do quadro de funcionários que tomaram as 2 doses da vacina estão atualmente com a dose de reforço e 90% dos que tomaram inicialmente a dose única da Janssen tomaram a dose de reforço (2 dose);
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,97% no 1T22);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento; Algumas já concluídas;
- A Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 2,6 bilhões investidos entre 2020 e 1T22.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS					
R\$ MM					1T22
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV
NOVATRANS	57,4	66,2	0,6	45,8	(5,9)
TSN	19,8	28,6	0,5	86,6	(0,7)
MUNIRAH	1,5	2,0	0,8	5,7	(0,0)
GTESA	0,8	1,3	-	0,8	(0,1)
PATESA	2,5	5,1	-	2,0	-
ETEO	11,3	18,6	-	17,3	(0,0)
NTE	14,2	16,4	0,0	14,1	(0,4)
STE	8,5	13,9	0,0	5,6	(0,3)
ATE	14,4	25,6	0,0	10,8	(14,3)
ATE II	17,9	33,7	0,0	24,2	(0,6)
ATE III	8,5	9,6	0,0	11,3	0,1
ETAU	2,1	6,5	-	3,5	(0,1)
BRASNORTE	6,3	5,0	-	0,8	-
SÃO GOTARDO	0,9	1,5	-	0,3	-
SÃO JOÃO	9,6	13,8	-	2,0	(0,0)
SÃO PEDRO	8,9	13,0	2,4	1,6	(0,4)
LAGOA NOVA	3,0	3,0	-	0,5	(0,0)
MARIANA	3,1	13,6	-	0,6	(0,1)
MIRACEMA	13,9	13,8	-	4,0	-
JANAÚBA	51,4	48,4	-	5,6	0,0
SANT'ANA	-	-	45,2	-	-
ANANAÍ	-	-	0,4	-	-
AIMORÉS	-	-	18,7	-	-
PARAGUAÇÚ	-	-	46,0	-	-
IVAÍ	-	-	111,7	-	-
EATE	17,2	46,5	0,3	7,8	-
EBTE	4,2	8,5	0,4	2,5	(0,0)
ECTE	1,3	3,7	0,1	0,6	(0,1)
EDTE	8,6	8,8	0,1	1,3	-
ENTE	9,2	27,6	0,3	3,9	0,0
ERTE	1,7	5,7	0,1	1,4	(1,1)
ESDE	1,1	1,5	0,0	0,4	-
ESTE	4,3	6,6	83,9	0,9	-
ETEP	3,5	9,6	0,2	2,4	-
ETSE	0,8	1,2	0,0	0,2	-
LUMITRANS	0,8	2,8	0,1	0,5	0,0
STC	0,9	1,4	0,1	0,8	(0,1)
TRANSIRAPE	1,9	4,3	4,5	0,8	(0,1)
TRANSESTE	2,8	4,8	0,0	0,6	(0,0)
TRANSUDESTE	1,5	3,3	0,1	0,6	0,0
Total	316,0	475,9	316,4	268,2	(24,2)

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 4T21	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 1T22
NOVATRANS	10%	1.638,6	57,4	66,2	0,6	45,8	(120,8)	1.687,7
TSN	11%	822,8	19,8	28,6	0,5	86,6	(114,3)	844,1
MUNIRAH	12%	58,0	1,5	2,0	0,8	5,7	(7,5)	60,6
GTESA	11%	30,9	0,8	1,3	-	0,8	(2,0)	31,8
PATESA	8%	131,6	2,5	5,1	-	2,0	(6,0)	135,2
ETEO	10%	449,1	11,3	18,6	-	17,3	(36,1)	460,2
NTE	15%	403,4	14,2	16,4	0,0	14,1	(31,5)	416,6
STE	10%	340,1	8,5	13,9	0,0	5,6	(17,4)	350,8
ATE	10%	626,4	14,4	25,6	0,0	10,8	(30,5)	646,8
ATE II	9%	875,5	17,9	33,7	0,0	24,2	(68,4)	883,0
ATE III ¹³	7%	519,9	8,5	9,6	0,0	11,3	(38,2)	511,2
ETAU ³	18%	165,2	2,1	6,5	-	3,5	(7,9)	169,4
BRASNORTE ³	6%	234,1	6,3	5,0	-	0,8	(7,8)	238,4
SÃO GOTARDO ¹	5%	70,4	0,9	1,5	-	0,3	(1,5)	71,5
SÃO JOÃO ¹³	6%	642,6	9,6	13,8	-	2,0	(14,0)	654,1
SÃO PEDRO ¹³	6%	594,3	8,9	13,0	2,4	1,6	(12,3)	607,9
LAGOA NOVA ¹³	9%	134,7	3,0	3,0	-	0,5	(3,6)	137,5
MARIANA ¹³	6%	219,8	3,1	13,6	-	0,6	(4,6)	232,5
MIRACEMA ¹³	9%	620,3	13,9	13,8	-	4,0	(18,8)	633,3
JANAÚBA ¹³	10%	2.189,0	51,4	48,4	-	5,6	(58,9)	2.235,5
SANT'ANA ¹²³	9%	518,9	-	-	45,2	-	-	564,1
ANANAI ²	-	-	-	-	0,4	-	-	0,4
AIMORÉS ¹²³⁴	8%	383,7	-	-	18,7	-	-	402,4
PARAGUAÇU ¹²³⁴	8%	600,1	-	-	46,0	-	-	646,1
IVAÍ ¹²³⁴	8%	1.527,2	-	-	111,7	-	-	1.638,9
EATE ³	7%	1.091,3	17,2	46,5	0,3	7,8	(44,9)	1.118,2
EBTE ¹	4%	415,1	4,2	8,5	0,4	2,5	(10,2)	420,6
ECTE	6%	90,7	1,3	3,7	0,1	0,6	(3,7)	92,7
EDTE ¹³	9%	399,4	8,6	8,8	0,1	1,3	(10,4)	407,8
ENTE	6%	651,5	9,2	27,6	0,3	3,9	(23,0)	669,5
ERTE	5%	137,3	1,7	5,7	0,1	1,4	(5,2)	141,0
ESDE ¹	7%	70,0	1,1	1,5	0,0	0,4	(1,9)	71,1
ESTE ¹³	8%	590,7	4,3	6,6	83,9	0,9	(5,7)	680,8
ETEP	6%	232,2	3,5	9,6	0,2	2,4	(10,0)	237,9
ETSE ¹	6%	53,5	0,8	1,2	0,0	0,2	(1,2)	54,4
LUMITRANS	5%	73,5	0,8	2,8	0,1	0,5	(4,4)	73,3
STC ¹	5%	75,3	0,9	1,4	0,1	0,8	(3,9)	74,5
TRANSIRAPE ⁵	8%	116,8	1,9	4,3	4,5	0,8	(5,4)	122,9
TRANSESTE ⁵	10%	114,2	2,8	4,8	0,0	0,6	(4,4)	118,0
TRANSUDESTE ⁵	8%	81,6	1,5	3,3	0,1	0,6	(4,6)	82,4
Total		17.989,7	316,0	475,9	316,4	268,2	(741,0)	18.625,4

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras.

5.3. DRE 1T22

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	1T22	1T21	Var.%	1T22	1T21	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	600.865	439.686	36,7%
Operação e manutenção	239.853	175.029	37,0%	-	-	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	254.078	187.001	35,9%	-	-	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	333.162	364.847	-8,7%	-	-	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	49.905	249.178	-80,0%	-	-	-	
Outras receitas operacionais	6.855	5.809	18,0%	70	(8.668)	-	
Parcela variável	(22.771)	(4.281)	431,9%	(22.771)	(4.281)	431,9%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	861.082	977.583	-11,9%	578.164	426.737	35,5%	
PIS e COFINS	(46.750)	(52.769)	-11,4%	(33.352)	(23.972)	39,1%	
ISS	(98)	(150)	-34,8%	(98)	(150)	-34,8%	
ICMS	(1)	(4)	-68,2%	(1)	(4)	-68,2%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(18.586)	(16.211)	14,7%	(18.586)	(16.211)	14,7%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(65.436)	(69.134)	-5,3%	(52.038)	(40.337)	29,0%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	795.646	908.449	-12,4%	526.127	386.401	36,2%	
Pessoal	(49.245)	(42.842)	14,9%	(49.245)	(42.842)	14,9%	
Material	(36.269)	(168.581)	-78,5%	(686)	(709)	-3,2%	
Serviços de terceiros	(15.102)	(11.955)	26,3%	(15.102)	(11.955)	26,3%	
Outras despesas operacionais	(3.540)	(11.597)	-69,5%	(6.647)	(14.189)	-53,2%	
Custos e Despesas	(104.157)	(234.974)	-55,7%	(71.681)	(69.694)	2,8%	
Depreciação e amortização	(6.856)	(4.686)	46,3%	(71.449)	(63.091)	13,2%	
Custos, Despesas e D&A	(111.013)	(239.661)	-53,7%	(143.129)	(132.786)	7,8%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	684.633	668.789	2,4%	382.997	253.615	51,0%	
Resultado de equivalência patrimonial	210.659	205.253	2,6%	28.903	38.725	-25,4%	
Renda de aplicação financeira	23.047	4.410	422,6%	23.047	4.410	422,6%	
Despesas financeiras	(251.227)	(187.506)	34,0%	(250.905)	(186.800)	34,3%	
Empréstimos e financiamentos	89.169	(51.439)	-	89.169	(51.439)	-	
- Juros incorridos	(2.645)	(8.614)	-69,3%	(2.645)	(8.614)	-69,3%	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Variação cambial	88.151	(55.951)	-	88.151	(55.951)	-	
- Ajuste ao valor justo	3.664	13.126	-72,1%	3.664	13.126	-72,1%	
Instrumentos financeiros derivativos	(104.690)	29.557	-	(104.690)	29.557	-	
- Juros incorridos	(12.875)	(13.268)	-3,0%	(12.875)	(13.268)	-3,0%	
- Variação cambial	(88.151)	55.951	-	(88.151)	55.951	-	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(3.664)	(13.126)	-72,1%	(3.664)	(13.126)	-72,1%	
Debêntures	(235.550)	(160.060)	47,2%	(235.550)	(160.060)	47,2%	
- Juros incorridos	(132.847)	(65.306)	103,4%	(132.847)	(65.306)	103,4%	
- Variações monetárias	(102.703)	(94.754)	8,4%	(102.703)	(94.754)	8,4%	
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(322)	(706)	-54,3%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	166	(4.858)	-	166	(4.858)	-	
Resultado financeiro	(228.180)	(183.096)	24,6%	(227.858)	(182.390)	24,9%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	667.112	690.946	-3,4%	184.043	109.950	67,4%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(107.188)	(135.094)	-20,7%	(37.860)	(2.185)	1632,9%	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	559.923	555.852	0,7%	146.183	107.765	35,6%	
EBITDA	691.489	673.475	2,7%	454.446	316.706	43,5%	
Margem EBITDA	86,9%	74,1%	12,8 pp	86,4%	82,0%	4,4 pp	

5.4. DRE IFRS 1T22 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE IFRS

	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Operação e manutenção		3.490	22.833	-	-	-	2.054
Remuneração do ativo contratual de concessão		2.092	53.683	-	-	-	6.188
Correção monetária do ativo contratual de concessão		6.475	123.891	-	-	-	12.404
Receita de Implementação de Infraestrutura		-	85.461	18.682	46.034	111.703	4.676
Outras receitas operacionais		1.853	5.907	-	-	-	2.261
Parcela variável		-	(1.248)	-	-	-	(137)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		13.911	290.526	18.682	46.034	111.703	27.447
PIS e COFINS		464	(18.233)	(1.726)	(4.258)	(10.333)	(990)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(329)	(4.517)	-	-	-	(654)
Deduções da receita operacional bruta		135	(22.750)	(1.726)	(4.258)	(10.333)	(1.644)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		14.046	267.777	16.956	41.776	101.371	25.803
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal		(307)	(5.834)	(105)	(157)	(175)	(351)
Material		(10)	(29.070)	(5.787)	(17.813)	(46.812)	(4.311)
Serviços de terceiros		(867)	(3.047)	(90)	(102)	(460)	(775)
Outras despesas operacionais		30	(881)	(8)	(8)	(9)	(40)
Custos e Despesas		(1.154)	(38.832)	(5.990)	(18.081)	(47.456)	(5.477)
Depreciação e amortização		(27)	(66)	(16)	(20)	(13)	(67)
Custos, Despesas e D&A		(1.181)	(38.898)	(6.006)	(18.101)	(47.469)	(5.543)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.865	228.879	10.950	23.675	53.901	20.259
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira		636	2.265	429	386	1.386	167
Despesas financeiras		(204)	(30.046)	(2)	(18)	(41.590)	(1.385)
Resultado financeiro		(141)	(27.781)	427	369	(40.204)	(1.218)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		12.725	201.097	11.377	24.043	13.697	19.041
Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.989)	(49.715)	(3.830)	(8.145)	(4.653)	(990)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		8.735	151.382	7.547	15.898	9.044	18.052
EBITDA		12.892	228.944	10.966	23.695	53.915	20.326
Margem EBITDA		91,8%	85,5%	64,7%	56,7%	53,2%	78,8%

5.5. DRE Regulatório 1T22 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	9.710	130.258	-	-	-	16.791
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	-	(1.248)	-	-	-	(137)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.710	129.010	-	-	-	16.654
PIS e COFINS	(446)	(6.554)	-	-	-	(608)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(329)	(4.517)	-	-	-	(654)
Deduções da receita operacional bruta	(775)	(11.071)	-	-	-	(1.261)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.935	117.939	-	-	-	15.393
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(307)	(5.834)	(105)	(157)	(175)	(351)
Material	(0)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(867)	(3.047)	(90)	(102)	(460)	(775)
Outras despesas operacionais	(7)	(881)	(8)	(8)	(9)	(40)
Custos e Despesas	(1.181)	(9.763)	(203)	(268)	(644)	(1.166)
Depreciação e amortização	(881)	(11.638)	(16)	(20)	(13)	(3.012)
Custos, Despesas e D&A	(2.062)	(21.401)	(219)	(288)	(657)	(4.178)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	6.873	96.538	(219)	(288)	(657)	11.215
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	64	2.265	429	386	1.386	167
Despesas financeiras	(204)	(30.046)	(7)	(22)	(41.594)	(1.385)
Resultado financeiro	(140)	(27.781)	423	364	(40.209)	(1.218)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6.733	68.757	204	76	(40.866)	9.997
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.288)	(6.563)	(44)	(1)	13.894	(560)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.445	62.194	160	75	(26.971)	9.437
EBITDA	7.753	108.177	(203)	(268)	(644)	14.227
Margem EBITDA	86,8%	91,7%	-	-	-	92,4%

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

5.6. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
Lucro Líquido	559,9	555,9	0,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	107,2	135,1	-20,7%
Despesas Financeiras Líquidas	228,2	183,1	24,6%
Depreciação e Amortização	6,9	4,7	46,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(210,7)	(205,3)	2,6%
EBITDA	691,5	673,5	2,7%
Margem EBITDA	86,9%	74,1%	12,8 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	1T22	1T21	Var.%
Lucro Líquido	146,2	107,8	35,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	37,9	2,2	1632,9%
Despesas Financeiras Líquidas	227,9	182,4	24,9%
Depreciação e Amortização	71,4	63,1	13,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(28,9)	(38,7)	-25,4%
EBITDA	454,4	316,7	43,5%
Margem EBITDA	86,4%	82,0%	4,4 pp

5.7. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

	R\$ mil	1T22	
		IFRS	Ajustes Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.453.195	-	1.453.195
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	208.990	-	208.990
Ativo contratual de concessão	1.346.140	1.346.140	-
Impostos e contribuições sociais	152.759	-	152.759
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	114.983	-	114.983
Estoque	14.889	-	14.889
Outras contas a receber	36.032	-	36.032
Total do Ativo Circulante	3.326.999	1.346.140	1.980.859
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	10.152	-	10.152
Ativo contratual de concessão	10.057.195	10.057.195	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(50.786)	50.786
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.567.561	2.078.743	1.488.818
Clientes	21.536	-	21.536
Depósitos judiciais	68.703	-	68.703
Instrumentos financeiros derivativos	114.461	-	114.461
Outras contas a receber	36.692	-	36.692
Imobilizado	81.749	(6.368.395)	6.450.144
Intangível	98.836	(168.857)	267.693
Direito de uso	10.365	10.365	-
Total do Ativo Não Circulante	14.067.250	5.558.265	8.508.985
Total do Ativo	17.394.249	6.904.405	10.489.844
Passivos			
Fornecedores	89.227	-	89.227
Impostos e contribuições sociais	53.363	-	53.363
Empréstimos e financiamentos	14.470	-	14.470
Debêntures	1.016.975	-	1.016.975
Passivo de arrendamento	9.824	9.824	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	147.048	-	147.048
Taxas regulamentares	52.024	-	52.024
Outras contas a pagar	50.065	-	50.065
Total do Passivo Circulante	1.432.996	9.824	1.423.172
Empréstimos e financiamentos	520.480	-	520.480
Debêntures	6.124.026	-	6.124.026
Passivo de arrendamento	3.859	3.859	-
Instrumentos financeiros derivativos	37.967	-	37.967
Impostos e contribuições diferidos	1.269.988	1.081.873	188.115
Tributos diferidos	651.607	651.607	-
Provisão para contingências	50.442	2.594	47.848
Provisão para desmobilização de ativos	457	457	-
Obrigações especiais	-	(10.827)	10.827
Fornecedores	16.475	-	16.475
Outras contas a pagar	41.149	-	41.149
Total do Passivo Não Circulante	8.716.450	1.729.563	6.986.887
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	2.368.240	-	2.368.240
Dividendos adicionais propostos	653.282	-	653.282
Ajuste de avaliação patrimonial	22.587	-	22.587
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	4.747.049	(4.747.049)
Resultado do período	559.923	413.740	146.183
Atribuído a participação dos acionistas controladores	7.244.803	5.165.018	2.079.785
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	7.244.803	5.165.018	2.079.785
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	17.394.249	6.904.405	10.489.844

5.8. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	1T22	
	R\$ mil	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		559.923
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial		(210.658)
Depreciação e amortização		4.086
Amortização de direito de uso		2.770
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		990
Provisão (Reversão) para compensação ambiental		-
Receita de aplicações financeiras		(241)
Custo Implementação - provisão fornecedores		32.417
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e Financ		(89.170)
Juros e variações monetárias sobre debêntures		235.550
Juros passivo de arrendamento		322
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		104.689
Imposto de renda e contribuição social correntes		10.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos		97.173
Tributos diferidos		13.398
Remuneração do ativo contratual de concessão		(254.078)
Correção monetária do ativo contratual de concessão		(333.162)
Receita de Implementação de Infraestrutura		(49.905)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(3.376)
Despesa de atualização monetária de contingências		288
Provisão (Reversão) para parcela variável		5.251
		126.283
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes		(2.376)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		354.228
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		13.873
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		(6.195)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(74.842)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		345
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		(4.681)
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		-
		280.352
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		406.635
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.283)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		385.352
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		37
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(11.980)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		-
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		(35.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		(46.943)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos		-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(3.120)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(2.505)
Captação de debêntures		797.234
Pagamento de debêntures - principal		(14.725)
Pagamento de debêntures - juros		(36.409)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(7.406)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		-
Pagamento de passivo de arrendamento		(3.107)
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Aumento de capital		-
Outros		-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		729.962
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.068.371
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		384.824
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		1.453.195
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.068.371

5.9. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	1T22	
	R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		146.183
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Resultado de equivalência patrimonial		(28.903)
Depreciação e amortização		71.449
Amortização de direito de uso		-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		990
Provisão (Reversão) para compensação ambiental		-
Receita de aplicações financeiras		(241)
Custo Implementação - provisão fornecedores		-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e Financ		(89.170)
Juros e variações monetárias sobre debêntures		235.550
Juros passivo de arrendamento		-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		104.689
Imposto de renda e contribuição social correntes		10.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos		27.844
Tributos diferidos		-
Remuneração do ativo contratual de concessão		-
Correção monetária do ativo contratual de concessão		-
Receita de Implementação de Infraestrutura		-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(3.376)
Despesa de atualização monetária de contingências		288
Provisão (Reversão) para parcela variável		5.251
		480.570
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes		(2.376)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		13.873
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		(6.195)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(42.425)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		345
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		(4.681)
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		-
		(41.459)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		439.111
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.283)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		417.828
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		37
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(47.563)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		-
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		(35.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		(82.526)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos		-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(3.120)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(2.505)
Captação de debêntures		797.234
Pagamento de debêntures - principal		(14.725)
Pagamento de debêntures - juros		(36.409)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(7.406)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		-
Pagamento de passivo de arrendamento		-
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Aumento de capital		-
Outros		-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		733.069
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.068.371
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		384.824
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		1.453.195
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		1.068.371

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.